



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA Nº 07/2012

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2012, ÀS 10H

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e doze, às dez horas, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no 20º andar, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Tecnologia da Informação, Excelentíssima Senhora Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota, Roberto Barros da Silva e os Servidores Telma Ferreira Rocha, Diretora da Secretaria da Informação, Nivaldo Catania, Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira, Adriana Marcellino, Diretora da Secretaria de Apoio Administrativo, Maria Inês Ebert Gatti, Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional, Enéas Fonseca Cicivizzo, Assessor da Presidência, Erman Mota Barbosa Dias e Leandra Maria Leal de Sant'Anna, representantes do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de discutir assuntos pertinentes ao Comitê de Tecnologia da Informação.

Ausente, justificadamente, por motivos pessoais, o Desembargador Pedro Carlos Sampaio Garcia.

A reunião iniciou com a Diretora Telma Rocha apresentando a necessidade da aquisição de duas impressoras térmicas para impressão de cupons de votação eletrônica nos cargos eletivos do TRT. A Diretora informou que a compra está coberta pelo item 5 do quadro de investimentos do PDTI (equipamentos diversos). Diante disso, o Comitê de TI aprovou a aquisição em **caráter prioritário**.

Foi também abordada a necessidade de contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção corretiva, assistência e suporte técnico para o hardware da solução de rede sem fio instalada no Ed. Sede. A contratação está coberta pelo item 55 do quadro de investimentos do PDTI (suporte/manutenção de equipamentos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

de rede wireless Sede). A Diretora Adriana Marcellino informou que as manutenções são fundamentais e que atualmente, em caso de quebra, terá que fazer o remanejamento dos equipamentos de um andar para o outro, já que o contrato não se encontra mais em vigência devido ao seu término. O Diretor Nivaldo Catania informou que esta contratação já está dentro da programação do orçamento. O Comitê de TI aprovou, **sem caráter prioritário**, a contratação da prestação desse serviço.

A Desembargadora Jucirema Godinho questionou sobre o acompanhamento das aquisições já aprovadas pelo Comitê de TI, a ordem de prioridade e o estágio atual do procedimento de compra/aquisição. Diante disso, a Diretora Telma Rocha fará um levantamento das atas para identificar quais aquisições foram aprovadas em caráter prioritário e passará as informações para o Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos – NGEF para controle. Por sugestão do Desembargador Paulo José Ribeiro Mota, a lista de prioridades será atualizada na ata de cada reunião do Comitê de TI.

O Desembargador Paulo José Ribeiro Mota sugeriu que nos despachos de autorização de aquisições deve constar se é prioritária ou se pelo prosseguimento. Os processos de aquisição classificados como prioritário devem ter identificação na capa. O mesmo ressaltou a necessidade de urgência na aprovação do PDTI. Ficou definido que no dia 27 de junho de 2012, às 10:30 reunir-se-ão os Desembargadores do Comitê de TI juntamente com Nivaldo Catania, Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira para discussão sobre a versão atual do PDTI.

Foi abordada pela Coordenadora do Comitê de TI a questão da divulgação pelo site do Tribunal quanto a implantação da assinatura digital em primeira instância. Ficou definido pelo Comitê de TI que a adoção da assinatura em Atas, Setenças e Despachos deverá ser obrigatória. Para isso, o sistema precisará bloquear quaisquer publicação cujo documento digital não esteja no acervo. A Diretora Telma Rocha se comprometeu a informar o impacto e da possibilidade desse bloqueio.

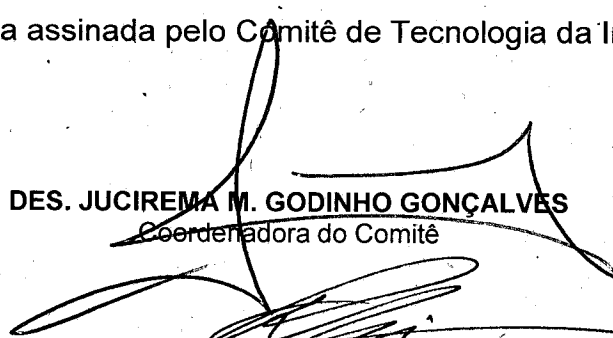
Em seguida, o Assessor da Presidência, Enéas Fonseca Cicivizzo, tratou de informar ao Comitê de TI que o Banco do Brasil fornecerá 6.000 certificados digitais com

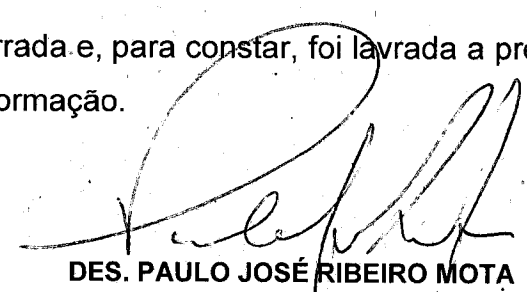


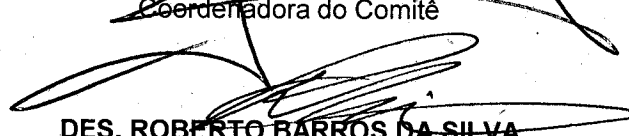
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

as leitoras e que, em caso de perda ou esquecimento de senha, será cobrado 50% do valor para emissão do 2º certificado. Esses 6.000 certificados serão para todos os magistrados e servidores. Face a essa doação, o Comitê de TI decidiu pela necessidade de reformulação do termo de referência da Ata de Registro de Preços para a aquisição de Smart Card, Token e Leitora com o intuito de adequar as quantidades às perspectivas das novas varas do PJe. Este Registro de Preços continuará a valer sendo apenas para aquisição do 2º certificado para magistrados e servidores que atuarão no PJe. Ficou definido pelo Comitê de TI que **não é de caráter prioritário**.

Na sequência, a reunião foi encerrada e, para constar, foi lavrada a presente ata assinada pelo Comitê de Tecnologia da Informação.


DES. JUCIREMA M. GODINHO GONÇALVES
Coordenadora do Comitê


DES. PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA


DES. ROBERTO BARROS DA SILVA

